

POLÍTICAS PÚBLICAS E A FILOSOFIA DO ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL

Christian Lindberg L. do Nascimento⁵⁶

Resumo: Meu objetivo com esse texto é procurar dimensionar a existência de uma dimensão política para pensarmos filosoficamente o ensino de filosofia. Para tanto, parto do princípio que o campo de pesquisa Filosofia do Ensino de Filosofia encontra-se devidamente constituído em nosso país, embora não tenha conquistado o reconhecimento por parte das agências oficiais de fomento à pesquisa. Para organizar minha linha argumentativa, dividirei o artigo em duas partes: 1) Abordar um pouco daquilo que atribuímos como campo de pesquisa da Filosofia do Ensino da Filosofia; 2) O segundo momento, consiste em expor aspectos históricos e políticos que, no meu modo de compreender a educação, tendem a impactar no ensino da filosofia e nas pesquisas do campo. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, as fontes utilizadas foram livros e artigos científicos. Por fim, a abordagem textual procura adotar um tom ensaístico.

Palavras-chave: Ensino de filosofia, Filosofia do ensino de filosofia, políticas públicas.

Resumen: Mi objetivo con este texto es intentar dimensionar la existencia de una dimensión política para pensar filosóficamente la enseñanza de la filosofía. Para ello, parto del principio de que el campo de investigación Filosofía de la Enseñanza de la Filosofía se encuentra debidamente constituido en nuestro país, aunque no ha logrado el reconocimiento por parte de las agencias oficiales de financiamiento de la investigación. Para organizar mi línea argumentativa, dividiré el artículo en dos partes: 1) Abordar brevemente aquello que atribuimos como campo de investigación de la Filosofía de la Enseñanza de la Filosofía; 2) En un segundo momento, exponer aspectos históricos y políticos que, desde mi modo de comprender la educación, tienden a impactar en la enseñanza de la filosofía y en las investigaciones del campo.

⁵⁶ Christian Lindberg Lopes do Nascimento é graduado em Filosofia (UFS) e doutor em Filosofia da Educação (UNICAMP), com pós-doutorado em Educação (UNICAMP). É docente do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe (DFL/UFS) e faz parte do corpo docente do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFS e do Programa de Pós-graduação em Filosofia, com ênfase em Ensino de Filosofia, da Universidade Federal de Pernambuco (PROF-FILO/UFPE). Coordena o Observatório do Ensino de Filosofia em Sergipe (OBSEFIS). E-mail: christianlindberg76@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0325-5757>.

Al tratarse de una investigación cualitativa, las fuentes utilizadas fueron libros y artículos científicos. Por último, el abordaje textual procura adoptar un tono ensayístico.

Palabras clave: Enseñanza de la filosofía, Filosofía de la enseñanza de la filosofía, políticas públicas.

O objetivo desse texto⁵⁷ em tom ensaístico é procurar dimensionar a existência de uma dimensão política para pensarmos filosoficamente o ensino de filosofia. Para nortear meu caminho reflexivo, apresento uma pergunta que pode ser, à primeira vista, um pouco retórica. Contudo, servirá para pensarmos conjuntamente: O ensino da filosofia é um problema filosófico? Eu tenho quase certeza que a resposta poderá parecer óbvia para muitos de nós. Porém, considerando o perfil de boa parte do perfil da comunidade filosófica nacional, essa pergunta não é tão óbvia assim, porque, infelizmente, ainda há a compreensão de uma concepção equivocada, a que considera que o ensino de filosofia não é um problema filosófico⁵⁸.

Partilho da ideia de que o campo de investigação intitulado Filosofia do Ensino da Filosofia é recente no Brasil. Embora nos faltem estudos históricos de períodos mais remotos, as fontes disponíveis do qual dispomos atualmente, que foram publicados nas últimas décadas, nos permite dividir a história do campo em dois momentos: O primeiro começa na década de 1980 e perdura até o início dos anos 2000; enquanto o segundo consiste nos anos 2000 até os tempos atuais. Para este caso específico, opto por realizar uma subdivisão, porque nele consta

⁵⁷ Esse texto foi apresentado, inicialmente, no VII Congresso da Associação Latinoamericana de Filosofia da Educação (ALFE) e reapresentado, após ajustes e acréscimos, no IV Simpósio de Filosofia (SIMPHILO/UERN). A transcrição foi realizada por Matheus Gabriel, mestrando em Filosofia pelo PPGF/UFS, e a revisão final feita por mim. A reflexão aqui exposta faz parte das atividades de pesquisa que estão sendo realizadas em torno do projeto de pesquisa intitulado *Sobre o estatuto epistemológico do Ensino de Filosofia: uma discussão a partir dos debates e das produções do campo*, que foi contemplado pela chamada pública nº 44/2024/CNPq. O resumo desse artigo foi traduzido para o espanhol com auxílio da Inteligência Artificial (IA).

⁵⁸ Adeptos dessa opinião, geralmente, retratam o termo ensino como algo inferior à própria filosofia, atribuindo-lhe, em um sentido pejorativo, de que ensino de filosofia é algo de pedagogo/a ou do campo da educação. Há, também, aqueles que compreendem que um bom curso de licenciatura em filosofia é composto, a exemplo dos cursos de bacharelado em filosofia, de apenas disciplinas duras, específicas da área, como se bastasse a formação de pesquisador para que um bom professor seja formado. Mesmo com os avanços recentes, ainda me parece atual a sentença de Lidia Maria Rodrigo, proferida no seu livro *Filosofia em sala de aula*, quando afirmou que “aqueles que menosprezam a figura do professor em relação à do pesquisador certamente ignoram o caráter complexo do trabalho docente, particularmente no nível médio” (Rodrigo, 2009, p.68).

um período importante, que é a aprovação da lei nº 11.684/2008, que tornou o ensino de filosofia em componente curricular obrigatório na última etapa da educação básica.

Há, também, um vasto material relacionado ao período histórico que compreende a ditadura militar. Contudo, tenho a sensação de que esses documentos consideram mais os aspectos históricos do ensino de filosofia do que uma preocupação de pensar, filosoficamente, sobre o ensino de filosofia. Por outro lado, é bom destacar que não estou propondo uma divisão da história do ensino de filosofia. O que procuro fazer é ponderar aspectos temporais que podem nos ajudar a compreender o campo de pesquisa Filosofia do Ensino de Filosofia e, de forma peculiar, os movimentos que foram realizados para identificar a(s) principal(s) preocupação(ões) filosófica(s) de cada momento.

No período que corresponde aos anos de 1980 e 2000, tem-se a impressão de que o principal objetivo das discussões era justificar a importância da (re)inserção da filosofia na educação básica e discutir aspectos de ordem metodológica. É bom destacar, também, que é nesse período que surgem os primeiros livros didáticos de filosofia voltados para a educação básica, a exemplo do *Filosofando: introdução à filosofia*, de Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins.

Em relação à inserção, defendia-se a importância de ensinar filosofia na educação básica, incluindo também o ensino fundamental. Entre os defensores, destaco a contribuição de Franklin Leopoldo e Silva e Marcos Antônio Lorieri. Em um artigo intitulado *Por que filosofia no segundo grau?*, Franklin Leopoldo argumenta que a filosofia tem, entre suas características, um caráter questionador, condição necessária para a constituição de uma educação emancipatória. Nesse sentido, para ele, o papel do ensino de filosofia é concretizar a ligação entre o currículo e a formação, mesmo considerando um viés imediatista e utilitário que os conteúdos disciplinares possuem⁵⁹. Desse modo, segundo Silva (1992, p.161), “a adequada relação entre currículo e formação deveria se traduzir na constituição de uma base cultural para compreensão do significado do processo educativo enquanto parte integrante da dinâmica da socialização”. Portanto, reside aí a importância de ensinar filosofia no ensino médio, ou seja, a Filosofia tem por função articular o indivíduo – ser consciente, reflexivo, sistemático e crítico da relação homem-mundo – ao mundo da cultura e prepará-lo para a cidadania e para o convívio

⁵⁹ Devido à forma de ingresso no ensino superior, é comum os estudantes do ensino médio perguntarem para que serve o ensino de filosofia ou indagar se vai cair no ENEM.

social. Nota-se que há uma preocupação filosófica para justificar o ensino de filosofia como expressão epistemológica e, principalmente, como concepção filosófica de mundo.

Recorro a outro texto de Franklin Leopoldo e Silva para exemplificar a discussão em torno da metodologia do ensino de filosofia. Intitulado de *História da filosofia: centro ou referencial?*, Silva problematiza se a história da filosofia deve ser o centro ou a referência. Para ele, o professor de filosofia pode construir o plano de aula/course tendo em vista fornecer uma visão histórica ou temática da filosofia. Se optar pelo percurso histórico, o ensino de filosofia deve privilegiar os sistemas e os filósofos em sua ordem cronológica para familiarizar os estudantes com os problemas inerentes a cada tempo histórico. Se a história da filosofia for a referência, discute-se grandes temas filosóficos, como ética, filosofia política, lógica, etc. como forma para sensibilizar os estudantes.

A questão posta por Silva tem como pano de fundo, provavelmente, uma discussão que pautou o debate do campo: ensina-se filosofia ou ensina-se a filosofar? A aparente dicotomia, extraída da *Crítica da razão pura*, de Immanuel Kant, delimitou parte das pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores e pesquisadoras que tinham o ensino de filosofia como problema filosófico. Desse modo, a questão do como ensinar filosofia, ou seja, seu viés metodológico, converte-se em problema e reflexão filosófica.

A contribuição de Marcos Antônio Lorieri vai na direção de projetar, a partir do projeto filosofia com crianças, de Matthew Lipman, que foi difundido no Brasil através da Centro Brasileiro de Filosofia para Crianças (CBFC), o ensino de filosofia no ensino fundamental. De acordo com Lorieri (2002, p. 213), o CBFC “traduziu e adaptou os materiais do PFC de Lipman, obteve os direitos de editoração e passou organizar cursos de formação de professores para o trabalho com o referido programa nas escolas”. A concepção filosófica sobre ensino de filosofia que foi defendida por Lorieri expõe, em certo nível, uma reflexão para justificar o ensino de filosofia para crianças, particularmente as matriculadas a partir do 6º ano do fundamental, e uma reflexão filosófica de ordem metodológica, ao destacar a comunidade de investigação filosófica defendida por Lipman para desenvolver um ensino filosófico para crianças.

Como se sabe, há certo consenso de que o ano de 2000 é tido como o marco temporal para o que tem sido denominado de virada filosófica ou virada discursiva-filosófica⁶⁰. O ponto

⁶⁰ Conferir o artigo intitulado *Filosofia do Ensino de Filosofia: o debate da cidadania-filosófica a partir dos movimentos histórico-discursivos do campo*, de autoria de Patrícia Velasco (UFABC), Augusto Rodrigues (UFSCAR) e Rodrigo Gelamo (UNESP/Marília), publicado originalmente na revista *Educação e Filosofia*.

de virada foi a realização, na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), do Congresso Brasileiro de Professores de Filosofia⁶¹. Organizado por Silvio Gallo, o evento reuniu pesquisadores de vários países (Brasil, Argentina, França e Uruguai). De acordo Gallo, (2024, p.158), o Congresso foi resultado de dois movimentos que ocorreram antes: 1) A criação do grupo de pesquisa que coordenava na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), que desenvolvia estudos voltados à formação de professores/as de filosofia; 2) O Congresso Internacional de Filosofia com Crianças, realizado em 1999, na UnB, organizado pelo professor Walter Kohan. O Congresso Brasileiro de Professores de Filosofia fecundou encaminhamentos importantes para a discussão sobre o ensino de filosofia no Brasil. Para Gallo (2024, p.159) o término do encontro simbolizou o início da articulação dos professores e das professoras de filosofia, com o objetivo de promover discussões sobre o ensino de filosofia. Além disso, foi importante para impulsionar a realização de eventos e fóruns regionais de ensino de filosofia, cogitando, inclusive, criar uma entidade nacional voltada para a temática.

Para fins didáticos, tenho tentado sistematizar a organização temporal desse segundo momento em duas etapas. Uma que corresponde ao período entre 2000 e 2008, que começa com a ampliação das investigações dentro da comunidade filosófica brasileira. Nesse sentido, registro, além do evento em Piracicaba, mais dois momentos relevantes: no primeiro, a constituição do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar⁶² no âmbito da ANPOF; o segundo corresponde a aprovação da lei que tornou obrigatório o ensino de filosofia na última etapa da educação básica.

A segunda etapa consiste de 2008 até os tempos atuais, que, salvo melhor juízo, tem significado como um período de ampliação das pesquisas voltadas para o campo de pesquisa Filosofia do Ensino de Filosofia. Para registrar alguns números dessa expansão, recorre-se às investigações realizadas por Velasco quando identifica, entre o aumento nos números da produção acadêmica dos integrantes do *GT Filosofar e ensinar a filosofar*, a seguinte evolução da produção acadêmica.

⁶¹ As principais conferências proferidas durante o Congresso foram publicadas no livro *Filosofia do Ensino de Filosofia*, da editora Vozes. A obra foi organizada por Silvio Gallo, Gabrielle Cornelli e Márcio Danelon. Ela é tida, por muitos pesquisadores, como um dos principais registros da virada filosófica-discursiva que o campo de investigação filosófica Filosofia do Ensino de Filosofia possui.

⁶² O livro *Filosofar e ensinar a filosofar: registros do GT da ANPOF (2006-2018)*, de autoria de Patrícia Velasco, contém um vasto material e uma importante reflexão sobre a constituição do campo de pesquisa Filosofia do Ensino de Filosofia no Brasil, tendo o GT Filosofar e ensinar a filosofar como principal fonte. A obra pode ser acessada gratuitamente na página eletrônica da NEFI Edições.

Tabela 01 - Porcentagem de acordo com a natureza das publicações do GT *Filosofar e Ensinar a Filosofar*

	Artigos	Livros	Capítulos	Trabalhos Completos	TOTAL
2008-2018	303	100	335	181	919
	32,97%	10,88%	36,45%	19,69%	100%
1997-2007	97	42	136	92	367
	26,43%	11,44%	37,06%	25,07%	100%

Fonte: Velasco, 2020, p.522.

Nota-se que houve um crescimento significativo no número de artigos científicos, livros, capítulos de livro e trabalhos completos publicados em anais de evento se comparar o período 2008-2018 com o período 1997-2007. A principal motivação para tal incremento recorre à inclusão da filosofia como componente curricular obrigatório no ensino médio. De igual modo, percebe-se que, após 2008, o número de eventos acadêmicos e o de docentes e discentes envolvidos no processo investigativo – graduação e pós-graduação - no campo foi incrementado substancialmente. Embora falte-nos elementos empíricos, a realização de eventos vinculados ao Prof-Filo, os encontros ANPOF Ensino Médio/ANPOF Educação básica, e diversos encontros regionais nas mais distintas regiões e/ou estados exemplificam a pujança de parte da comunidade filosófica em torno da área.

Além dessas ações, um conjunto de políticas públicas direcionadas à educação básica impulsionaram pesquisas do campo. Entre elas, listo a inclusão da filosofia no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o aumento de questões de filosofia no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a inserção das licenciaturas de filosofia no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), a realização de concurso público para a contratação de docentes para as redes estaduais e federais de educação básica e a criação, principalmente, de Programas de Pós-Graduação em Filosofia, na modalidade profissional – PPFEN/CEFET-RJ e o Prof-filo.

A aprovação do Novo Ensino Médio (NEM), que aconteceu em 2017 e em 2024, que retirou o caráter obrigatório do ensino de filosofia, além de fragmentá-lo e diluí-lo na área de conhecimento denominada Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Não obstante, as redes de

ensino mantiveram o ensino de filosofia, mesmo que de forma mitigada e com carga horária reduzida⁶³.

Em certa medida, o NEM impactou na intensidade das pesquisas do campo. Cada momento da reforma impactou a reflexão filosófica sobre o ensino de filosofia de alguma forma. Prevaleceu as discussões sobre a importância do ensino de filosofia na educação básica, seu reingresso no currículo oficial e sua contribuição para o contexto sócio-político do país. DE igual modo, notou-se o desenvolvimento de pesquisas e intervenções didático-filosóficas que recorreram à adoção de metodologias ativas e recursos didáticos, entre outros temas.

Desse segundo momento histórico do campo de pesquisa Filosofia do Ensino de Filosofia, além da consolidação sobre a importância de se ensinar filosofia na educação básica, percebe-se que um conjunto de discussões filosóficas foram pautados a partir de problemas que emergiram com a obrigatoriedade da filosofia no ensino médio. Questões relacionadas à metodologia do ensino de filosofia ganharam novas abordagens e leituras epistemológicas, aspectos ligados à formação docente provocaram discussões sobre a dimensão ética-política do professor de filosofia, a escolha de recursos didáticos foram subsidiadas por questões de linguagem e de estética, a seleção de conteúdos filosóficos encontrando respaldo em temas tradicionais ou emergentes da filosofia, como também na história da filosofia, seja ela canônica, pós-colonial, decolonial, contracolonial ou anti-colonial. Em resumo, cada aspecto aparentemente pedagógico incorporou um ou vários aspectos filosóficos, o que constitui em elemento crucial para se pensar filosoficamente o ensino de filosofia.

Nota-se que os dois momentos considerados como referências para a constituição, desenvolvimento e consolidação do campo de pesquisa denominado Filosofia do Ensino de Filosofia englobam questões filosóficas-educacionais relevantes e contextualizadas. Por isso, talvez, há certa dificuldade em delimitar o limite entre a filosofia da educação com o ensino de filosofia ou, em determinados contextos, associar o ensino de filosofia como algo estritamente do campo da educação.

Realizado esse primeiro movimento argumentativo, irei procurar, a partir de agora, tecer elementos que nos ajude a refletir sobre o ensino de filosofia considerando aspectos históricos

⁶³ Recomenda-se a leitura da nota técnica intitulada *A carga horária destinada à filosofia nas redes estaduais: os impactos do novo ensino médio*, publicado originalmente na revista *O Manguetal – revista de filosofia*. Ela traz um estudo detalhado de como ficou a distribuição da carga horária destinada ao ensino de filosofia após a implantação dos dois momentos do NEM, em 2017 e em 2024, nas 27 redes estaduais de ensino público.

e políticos. Sob o ponto de vista histórico, é nítido assegurar que o ensino de filosofia foi constituído no Brasil após a chegada dos jesuítas, ainda no período colonial. Seu percurso se desenvolveu no Brasil imperial, republicano e segue até os dias atuais. Contudo, não seria leviano afirmar que o ensino de filosofia sempre foi reservado a um determinado grupo social. Do ponto de vista político, tem-se a impressão de que, no período colonial, o principal objetivo era contribuir com a formação ética-moral dos filhos dos colonizadores. No imperial, sob inspiração das ideias do iluminismo pombalino, inaugura-se a tentativa de secularizar o ensino de filosofia e de ampliar sua oferta nas escolas estatais. No republicano, a sensação é que seu ensino se reveste de um caráter cientificista e utilitarista, servindo de alicerce para a continuidade dos estudos em nível secundário ou superior. Em todos eles, nota-se que o ensino de filosofia nunca se constituiu, muito menos se consolidou, como um componente curricular obrigatório na educação básica, impossibilitando seu acesso a amplas camadas da sociedade. Para Geraldo Balduino Horn: “o resgate histórico da trajetória do ensino de filosofia mostra que essa disciplina [...] necessita conquistar seu espaço, tanto no campo político-institucional (legal) como no plano de sua efetivação no currículo” (Horn, 2000, p.29).

Por outro lado, não se constituiu, em nosso país, uma tradição de ensinar filosofia em espaços educativos não-formais, como praças, associações, etc. Diferentemente, por exemplo, da vizinha Argentina, o ensino de filosofia no Brasil, ao longo dos anos, foi constituído em espaços formais de educação, ou seja, na escola. Ao ser institucionalizado, ele teve que ser pautado por instrumentos regulatórios, como leis, decretos, portarias, diretrizes, etc., o que, em certa medida, reprime o caráter livre do filosofar. Por outro lado, por ter sido institucionalizado, o ensino de filosofia conseguiu ser acessível, mesmo que de forma limitada, a determinados níveis de ensino e camada sociais, salvo o período que ficou fora do currículo oficial.

A problemática do acesso ao conhecimento filosófico, me parece, é um dos aspectos principais a ser considerado pela comunidade filosófica. Em outras palavras, quem tem o direito ao conhecimento filosófico? A quem deve se destinar seu ensino de filosofia? Nesse terreno, me parece que há divergências significativas. Enquanto há quem pense em manter o perfil elitista da filosofia, muitas vezes escondido por uma interpretação de que a filosofia é um conhecimento acessível à espíritos nobres, há quem defenda que o ensino de filosofia deve ser viabilizado para todas as crianças e jovens com idade escolar.

Além do público-alvo de sua destinação, ou não, na escola, pensar o ensino de filosofia como um problema filosófico passa, também, pelo espaço do qual ele se posiciona diante da população. Dessa forma, tenho reiterado que pensar o ensino da filosofia no Brasil significa pensar no seu lugar. A filosofia institucionalizada, com todas as críticas e problematizações que possam existir, ainda é o *locus* principal para o seu ensino. Por isso que repito, a escola é o espaço onde o ensino filosófico de filosofia tende a se materializar, principalmente quando o objetivo é direcioná-lo à totalidade das crianças e dos jovens.

É de se pensar, também, quais são os objetivos dos quais se destina o ensino de filosofia. Embora seja uma questão de quem tem pesquisa sobre o assunto, virou quase que senso comum afirmar que o ensino de filosofia tem por função preparar as crianças e os jovens para o exercício da cidadania. Pelo menos, do ponto de vista da institucionalidade e das políticas públicas, a expectativa é justamente essa.

Para problematizar sobre essa questão, recorro a um texto denominado de *O ensino de filosofia frente à educação como formação*. Seu autor, Walter Kohan, problematiza o ensino de filosofia a partir da seguinte questão: Para que filosofia? Ele identifica que o ensino de filosofia, ao longo dos tempos, tem sido pensado para ensinar a si própria ou, em muitos casos, tem servido para a formação de uma consciência crítica. Em resumo, “a filosofia tem sido ensinada, basicamente, para formar pessoas, para fazer algo de alguém” (Kohan, 2003, p. 44). Dessa forma, diz, a filosofia foi se alienando pela política, convertendo-se em elo para a formação de cidadãos. Contudo, contrariando as percepções vigentes, ele compreende que ensinar filosofia significa promover experiências do pensamento⁶⁴, não sendo determinada por nenhuma ordem determinada, que é, no caso, a dimensão ética e moral.

Recorro a Walter Kohan para problematizar outra questão que considero relevante: Para que filosofia? Melhor, para que ensinar filosofia? Se preferir, para que ensinar filosofia nos dias atuais? Por que ensinar filosofia nos dias atuais em nosso país? Sem ter a intenção de responder cada uma dessas questões, até porque elas não são retóricas, tenho pensado muito sobre o seguinte ponto. Ensinar filosofia de forma filosófica deveria ultrapassar os limites de ensinar

⁶⁴ Por experiência do pensamento, Kohan (2003, p.45) entende como “uma prática teórica, intersubjetiva, irrepitível, intransferível, uma forma de exercer o pensar que chamamos de “filosófica” quando dá ênfase à crítica, à criação, à diferença, à resistência e a uma interlocução com uma história de pensamentos que no ocidente tem mais de 26 séculos”.

filosofia na perspectiva predominante, a saber, ensinar filosofia para formar sujeitos críticos, autônomos, reflexivos e/ou para o exercício da cidadania.

Sem ter a pretensão de criar dicotomias, talvez deveríamos optar pelo caminho de ensinar filosofia para pensar os problemas de nosso país, forjando, provavelmente, a constituição de um pensamento filosófico brasileiro. Nossa gênese cultural e filosófica encontra-se três troncos principais: o lusitano/europeu, o africano e o dos povos originários, cada um com sua epistemologia, cosmogonia, etc. e, principalmente, sua história. Outros povos percorreram caminhos semelhantes. Os antigos gregos, por exemplo, criaram conceitos filosóficos a partir de problemas que os sensibilizavam na época. Mais perto de nosso tempo, posso atribuir a mesma afirmação para os iluministas (inglês, francês, alemão, português, etc.). Contudo, a constituição de um pensamento filosófico brasileiro, pensado com base e/ou a partir de nossos problemas não pode algum tipo de pretensão ufanista. Falar em pensamento filosófico brasileiro significa, no meu modo de ver, pensar em questões universais.

Salazar Bondy⁶⁵ refletiu sobre a possibilidade de uma filosofia da América do Sul. Para tanto, advoga que devemos pensar nossos problemas do cotidiano, mas não a partir das soluções que os filósofos europeus encontraram. Para ele, pensar dessa maneira significa uma forma de dominação/reprodução cultural. Todavia, o autor não nega o fator universal da filosofia ou as questões universais. Entende que é necessário ter um modo próprio de criação filosófica, que encontra ressonância nas questões que nos atingem. Com base em Bondy, talvez seria oportuno repensar a prática do que direciona nas aulas de filosofia no Brasil. Em vez centra na formação para a cidadania, talvez fosse mais apropriado direcioná-las para a constituição de um pensamento filosófico brasileiro, que considere os problemas que assolam o cotidiano do nosso povo.

Delimitado uma possibilidade para pensar filosoficamente sobre o(s) objetivo(s) do ensino de filosofia na educação básica, refletir sobre as políticas públicas requer listar alguns apontamentos sobre o atual contexto educacional do país. Faço essa ressalva por considerar que a escola é o *locus* institucional onde o ensino de filosofia se efetiva, o que impõe, possivelmente, considerar sua inserção em um determinado cenário político-educacional.

⁶⁵ Salazar Bondy é um filósofo peruano que viveu ao longo do século XX. Para efeitos de registro, a breve reflexão desenvolvida teve como fonte o livro *Dominación y libertad*, publicado em 1995.

Nos últimos 10-15 anos, uma série de propostas que visa retirar o caráter público da escola, que a deslegitima ou até mesmo a nega como espaço constitucional para efetivar o direito à educação foram apresentadas. Há, inclusive, movimentos políticos que pretendem excluir conhecimentos importantes para a formação dos indivíduos do currículo oficial como, por exemplo, o ensino de artes, da sociologia e da filosofia. Existe setores sociais que, em nome de uma suposta ideia de gestão e eficácia, propõem políticas públicas autoritárias e desconectadas do mundo real. Nesses casos, partem do diagnóstico de que o nível da qualidade educacional brasileiro é baixo e moralmente corrompido. Boa parte dos exemplos que são citados por esses grupos são alçados por uma lupa. Para exemplificar o que disse, há duas ações políticas que gostaria de destacar. A primeira delas é o que tem sido denominado por neoliberalismo⁶⁶. Confesso que escuto esse termo há mais de 30 anos, desde a época que fiz o ensino médio. Além do neoliberalismo, destaco o movimento caracterizado como neoconservadorismo.

Do neoliberalismo, precisamos ter consciência que é uma concepção política e econômica de sociedade, revestida de ideologia para o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Precisa-se, portanto, ter o entendimento de que o papel do Estado é o instrumento garantidor da liberdade dos indivíduos, principalmente, a liberdade do mercado. De igual modo, o neoliberalismo ordena o arcabouço jurídico de tal modo que a propriedade privada é preterida e defendida pelas instâncias estatais. Como dizem alguns, o neoliberalismo defende o estado mínimo para os direitos humanos, mas resguarda o estado máximo para o capital.

Para Milton Friedman, tido como um dos principais ideólogos do neoliberalismo, o mercado é a instituição que soluciona a tensão existente nos canais políticos. Ora, o que seriam esses canais políticos? Para Friedman, é o espaço público onde o interesse comum se manifesta. Em outras palavras, ele vislumbra transferir tudo que é relacionado à esfera pública para a privada. Nesse caso, a escola deixaria de ser um espaço comum e de interesse público, passando a ser algo particular, privado. Desse modo, o direito à educação, que se caracteriza como um dos direitos universais do ser humano, deixaria de ser objeto do direito público, passando para o direito privado, comprometendo, portanto, o próprio direito à educação.

⁶⁶ David Harvey (2007, p.73), no livro *Breve historia del neoliberalismo*, pode ser caracterizado por favorecer o direito à propriedade privada individual, o império da lei, e as instituições do livre mercado e do livre comércio.

No caso do neoconservadorismo, o aspecto moral aparece como elemento central. Tecem uma crítica ferrenha à escola, classificando-a como reduto propício para a prática do *bullying*, da violência, da baixa qualidade educacional e, principalmente, da imoralidade. Para tanto, condenam o assédio promovido pelas avaliações de larga escala, os problemas de ordem psíquica que são causados nas crianças e nos jovens e a adoção de conteúdos educacionais que acabam retirando do currículo oficial aquilo que interesse, ensinar a ler, escrever e calcular. Além disso, a escola reprime a liberdade da criança, inclusive a liberdade de criação, ao sufocar a criatividade com a quantidade excessiva de avaliações. Sob o ponto de vista da moralidade, atribui um suposto direito natural dos pais para educar os filhos, por entender que a escola degenera a índole das crianças e dos jovens. Um dos aspectos defendidos pelo que se denomina de neoconservadorismo é a negação total da escola como espaço para efetivar o direito à educação. Nesse sentido, há entusiastas da educação domiciliar (*homeschooling*)⁶⁷, proposta educativa que, além de reposicionar a educação para o recinto doméstico, exclui o espaço público – a escola – como *locus* educativo.

Como se vê, a defesa e apromação da escola encontra percalços políticos-educacionais que podem obstruir a efetivação do direito à educação. Grosso modo, as políticas públicas que são formatadas com base no neoliberalismo e no neoconservadorismo tendem a colocar o ensino de filosofia em uma condição desfavorável. É por isso, portanto, que pensar no ensino de filosofia significa pensar no lugar da escola nos dias atuais, mas também pensar no contexto que se ensina filosoficamente o ensino de filosofia.

Dito isso, reproduzo um questionamento de Alejandro Cerletti (2009) que me parece bastante pertinente: “É possível ensinar filosofia sem intervenção filosófica?”. Vou recorrer a uma história para tentar refletir sobre essa questão que, para mim, é fundamental. Pensar sobre o ensino de filosofia e a dimensão das políticas públicas, recomendo pensar na porta da sala de aula como referência. Se o movimento é feito para fora da sala de aula, deve-se considerar a dimensão ética, filosófica, as implicações das políticas públicas que impactam no ensino de filosofia. Aqui, por exemplo, tem-se a possibilidade de estabelecer um diálogo entre a Filosofia do Ensino de Filosofia com a Filosofia da Educação, com a Filosofia Política e com a Ética, por exemplo. Em outras palavras, pensar o ensino de filosofia com base nos elementos externos da sala de aula que podem incidir nas decisões filosóficas sobre o ensino de filosofia.

⁶⁷ Para quem tiver interesse, sugiro a leitura do livro *Ensino do seu jeito*, escrito por John Holt e Patrícia Farenga.

Se pensarmos na Filosofia do Ensino de Filosofia tendo como referência o movimento que vai da porta da sala de aula ao seu interior, aspectos éticos, epistemológicos, estéticos, políticos e pedagógicos precisam ser considerados. Nessa direção, pode-se apontar para a discussão sobre uma didática filosófica, o papel do professor em sala de aula⁶⁸, metodologias de ensino que promovam o ensino de filosofia e/ou um ensino filosófico, questões pertinentes à avaliação filosófica do ensino de filosofia, abordagens epistemológicas para a promoção do ensino e da aprendizagem), etc., ou seja, reflexões voltadas para o ambiente interno da sala de aula.

Por fim, nota-se uma série de questões que nos conduzem a refletir sobre o ensino de filosofia, pontos que trazem implicações para o campo de investigação Filosofia do Ensino de Filosofia. Embora precisemos pensar na dimensão filosófica do ensino de filosofia, tenho a sensação de que é necessário refletir seu sentido política.

Referências bibliográficas

CERLETTI, Alejandro. *O ensino de filosofia como problema filosófico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Abril cultural, 1988.

GALLO, Silvio. *Filosofia do ensino de filosofia*. In.: Problemata: revista internacional de filosofia. v.15, n.01, 2024, p. 156-160. Disponível em <
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/article/view/70253>>.

HORN, Geraldo Balduino. *A presença da filosofia no currículo do ensino médio brasileiro: uma perspectiva histórica*. In.: GALLO, Silvio.; KOHAN, Walter Omar. *Filosofia no ensino médio*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

KOHAN, Walter Omar. *O ensino de filosofia frente à educação como formação*. In.: GALLO, Silvio; Cornelli, Gabriele; Danelon, Márcio. *Filosofia do ensino de filosofia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

LORIERI, Marcos Antônio. *Filosofia: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGO, Lidia Maria. *Filosofia em sala de aula*. Campinas: Autores associados, 2009.

⁶⁸ Refiro-me ao conceito de professor-filósofo estabelecido por Alejandro Cerletti.

SILVA, Franklin Leopoldo e. *História da filosofia: centro ou referencial?* In.: NETO, Henrique Nielsen (org.) O ensino de filosofia no 2º grau. São Paulo: SOFIA Editora SEAF, 1986. p.153-162.

_____. *Por que filosofia no segundo grau?* In.: Revista de Estudos Avançados, n.06, v.14, 1992. p.157-166.

VELASCO, Patrícia Del Nero. *Filosofar e ensinar a filosofar: registros do GT da ANPOF 2006-2018*. Rio de Janeiro: NEFI, 2020.